

Plano Setorial Criminal do MPPA

2021-2024

**Coordenação: CAO de Políticas Criminais,
Execução Penal e Controle Externo da
Atividade Policial**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL (CAO CRIM)

Coordenador: Promotor de Justiça José Maria Gomes dos Santos

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Nayara Santos Negrão

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Paloma Sakalem

Apoio

Welligton Pedroso (Assessor)

Cristina Gonçalves (apoio administrativo)

Shirley Cosenza (apoio administrativo)

Leandro Moura (apoio técnico)

Ariel Almeida (estagiária)

Fabiano Filho (estagiário)

ASSESSORAMENTO TÉCNICO**COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COGEPE)**

Ubiragilda Silva Pimentel (Presidente)

Marly Dantas Nery (Coordenadora)

Adriano Silva de Arruda

Carlos Anderson Corrêa Silva

Darlene Ferreira de Matos Couto

Edwaldo Lopes da Silva

Gabriel Peixoto Oliveira

Marco Antônio Marques da Silva

Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo

Rose Anne Campelo do Nascimento

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ruth Campos

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	4
1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	6
3 PERFIL DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.....	8
3.1. Promotorias de Justiça que compõem a Área criminal	9
3.2. FORÇA DE TRABALHO.....	11
3.3. ANÁLISE DOS CENÁRIOS.....	11
4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.....	13
5 AÇÕES DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.....	14
6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS (AÇÕES)	18
7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS	20
8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	20
9 PLANO DE COMUNICAÇÃO	20
10 LIÇÕES APRENDIDAS.....	21
11 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS.....	23
A. Projetos e iniciativas.....	24
B. Modelos utilizados no Plano	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO – Centro de Apoio Operacional

CAOCRIM - Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial

CGE-MPPA – Comitê Estadual de Governança Estratégica do Ministério Público do Pará

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COGEPE – Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico

CSP – Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

GT – Grupo de Trabalho

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará

ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

RAE – Reunião de Análise da Estratégia

RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional

RAT – Reunião de Acompanhamento Tático

SIGI – Sistema Integrado de Gestão Interativa

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

O Plano Setorial Criminal foi construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria criminal propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.



A matéria criminal demonstra sua importância e transversalidade na atividade ministerial uma vez que possui ações elencadas na maioria dos objetivos estratégicos do PEI/MPPA 2021 – 2029 (voltados à área finalística), sendo a única área temática a possuir 2 (dois) planos no Banco de Planos Diretores, no Portal Visão 360º do CNMP: o “Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública” e o “Plano Diretor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública”.

O presente Plano foi construído no novo Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI, desenvolvido pela equipe técnica da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnica-administrativa – SUBPGJ-TA, que tem por objetivo proporcionar o gerenciamento ágil dos projetos organizacionais, tornando a Instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando a agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional.

O objetivo deste documento é, principalmente, o de gerar uma grande reflexão a todos os membros do Ministério Público acerca da forma que o MPPA está atuando hoje, na área criminal, e de criar parâmetros e critérios de eleição de prioridades, para que a atuação ministerial seja mais resolutiva.

José Maria Gomes dos Santos

Coordenador do CAO de Políticas Criminais,
Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê de Governança Estratégica – CGE-MPPA, criado pela Portaria nº 082/2018-MP/PJ, recomendou a realização do Plano Estratégico Institucional do MPPA – PEI/MPPA 2021 – 2029 utilizando o quadro interno de técnicos da Instituição, considerando o *know how* da equipe.

Diante do desafio proposto, foi utilizado como ponto norteador o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público Brasileiro – PEN-MP 2020-2029, considerando ser a forma possível para a obtenção de resultados mais ágeis e eficientes, já que utilizaria metodologia e técnica testadas nos encontros regionais (no total de 9 encontros) que resultaram no PEN-MP 2020-2029.

O PEI/MPPA 2021 – 2029 foi construído com ampla participação da Administração Superior, de Procuradores de Justiça, de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, de Promotores de Justiça da capital e do interior, de Diretores de Departamentos, de assessores e servidores que, através de 5 (cinco) reuniões, realizaram avaliações, ajustes, fusões, inclusões e supressões de propostas, à formação da nova base estratégica institucional (Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos), sendo o resultado apurado através de amplos debates e aprovação pela plenária.



Considerou-se também o propósito de levar em conta o cenário mundial, sendo, por isso, incorporada, ainda, a correlação dos quesitos do Plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) ao PEI/MPPA 2021-2029, com a finalidade precípua de promover a melhoria da atuação integrada dos membros e dos servidores no alcance dos objetivos nos níveis estadual, nacional e mundial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados aos objetivos identificados no Plano Estratégico Institucional, o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial alinha-se ao PEI/MPPA 2021-2029, elaborando seu Plano Setorial com base nas estratégias, ações e desafios propostos neste plano.

Para confecção deste documento foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI, onde, através de 4 (quatro) reuniões entre a equipe que compõe o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP.

Assim, lançou-se mão da aplicação da Matriz Swot Cruzada, analisando como as forças e fraquezas identificadas pela equipe do CAO, na citada análise SWOT, estão influenciando a chance das oportunidades ou ameaças apontadas também por estes, acontecer. Desse cruzamento, é possível

determinar quais planos de ação serão desenvolvidos para colocar em prática as estratégias afetas a esta unidade e quais devem receber a devida prioridade de execução.

Para fase executória do plano, a técnica utilizada pela COGEPE foi a aplicação da Matriz 5W2H, que é assim chamada, por simplificar as diretrizes envolvidas em cada fase do plano de ação. A tabela a seguir, apresenta uma breve explicação de cada uma delas, na ordem em que devem ser analisadas:

What?	O que será feito?	Ação, etapas, descrição
Why?	Por que será feito?	Justificativa, motivo
Where?	Onde será feito?	Local
When?	Quando será feito?	Tempo, datas, prazos
Who?	Por quem será feito?	Responsabilidade pela ação
How?	Como será feito?	Método, processo
How much?	Quanto custará fazer?	Custo ou gastos envolvidos

Deste mapeamento, utilizando, inicialmente *What?* (o que será feito?) e o *How?* (como será feito?), foi constituído um rol de ações destacado neste Plano Setorial Criminal, que pode nortear a atuação de Promotorias e Procuradorias de Justiça que tenham, dentre suas atribuições, a matéria criminal, utilizando as demais perguntas da matriz 5W2H, para elaboração de seus projetos.

3 PERFIL DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

O CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial está diretamente vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, sendo regulamentado pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP, possuindo as seguintes atribuições:

Atuar no apoio técnico-jurídico à atuação dos membros na seara criminal, através do estímulo à integração e ao intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA. Esse suporte também decorre de ações integradas com órgãos governamentais de natureza policial e organizações não governamentais, com atividades relacionadas ao controle preventivo da violência.

São matérias de atuação específica do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial: Crimes comuns e militares, excetuando os de atribuições de outros Centros de Apoio Operacional, Execução penal, Tribunal do Júri, Controle externo da atividade policial e demais matérias relacionadas com o direito penal e processual penal.

O CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial também presta orientação Jurídica aos Procuradores e Promotores de Justiça, que atuam na matéria criminal e

realiza a integração e intercâmbio entre órgãos de execução na área criminal das Promotorias de Justiça da Área Criminal.

3.1. Promotorias de Justiça que compõem a Área criminal

O quantitativo de Promotorias de Justiça afetas à atuação na esfera criminal no Estado do Pará é amplo, com 201 (duzentos e um) órgãos de execução.

Este conjunto de promotorias de justiça é formado por cargos que possuem atribuições específicas, cargos com atribuições que englobam toda a área criminal e cargos que além desta área, possuem atribuições de outras áreas de atuação.

O quadro¹ abaixo apresenta a distribuição e atribuições dos referidos cargos de promotoria de justiça, indicando ainda as cidades e a entrância a qual pertencem:

Municípios	Entrância	Atribuição	Quantidade
Belém	3ª	Controle Externo da Atividade policial e tutela coletiva da segurança pública	4
		Crimes Contra a Ordem Tributária	2
		Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas	5
		Criminal (Juízo singular e Juizado Especial)	18
		Tribunal do Júri	4
		Entorpecentes	2
		Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	4
		Icoaraci (Atribuições criminais gerais)	5
		Mosqueiro (Atribuições concorrentes a outras áreas)	2
Abaetetuba	2ª	Criminal	2
Altamira	2ª	Criminal	2
Ananindeua	2ª	Criminal	5
		Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal no Júri	2
Benevides	2ª	Criminal	2
Castanhal	2ª	Criminal	2
		Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Violência Doméstica e	1

¹ Fonte: Departamento de Atividades Judiciais, Portal do MPPA – Institucional – Promotorias de Justiça – Números de Cargos das Promotorias de Justiça (3ª, 2ª e 1ª Entrância).
Compilação: COGEPE.

		Familiar contra a Mulher	
Marabá	2ª	Criminal	5
Marituba	2ª	Criminal	2
Parauapebas	2ª	Criminal	2
Redenção	2ª	Criminal	2
Santa Izabel do Pará	2ª	Criminal	2
Santarém	2ª	Criminal	2
		Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas	1
		Tribunal do Júri e Entorpecentes	2
		Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1
Alenquer, Barcarena, Bragança, Breves, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Itaituba, Mão do Rio, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Soure, Tailândia, Tucumã, Vigia, Viseu e Xingura	2ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	47
Acará, Afuá, Almeirim/ Monte Dourado, Anajás, Anapu, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Baião, Bonito, Brasil Novo, Breu Branco, Bujaru, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Chaves, Colares, Concórdia do Pará, Curionópolis, Curalinho, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Faro, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Inhangapi, Irituia, IPIXUNA do Pará, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Nova Timboteua, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Peixe-Boi, Portel, Porto de Moz, Prainha, Primavera, Rurópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Luzia do Pará,	1ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	73

Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Terra Santa, Ulianópolis e Uruará			
Total			201

3.2. **FORÇA DE TRABALHO**

Para a concretização de suas atividades o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial conta com a seguinte força de trabalho:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO/CARGO
JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	COORDENADOR	PROMOTOR DE JUSTIÇA
NAYARA SANTOS NEGRÃO	PJ AUXILIAR	PROMOTOR DE JUSTIÇA
PALOMA SAKALEM	PJ AUXILIAR	PROMOTOR DE JUSTIÇA
WELLIGTON SOUSA PEDROSO	ASSESSORIA	BACHAREL EM DIREITO COM HABILITAÇÃO EM CRIMINOLOGIA E MEDICINA LEGAL
MARIA CRISTINA GONÇALVES DE SOUZA	APOIO ADM.	BACHAREL EM DIREITO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
SHIRLEY DO SOCORRO COSENZA DUARTE	APOIO SCPD	BACHAREL EM DIREITO
LEANDRO GOMES DE MOURA	APOIO SCPD	BACHAREL EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MESTRANDO EM COMPUTAÇÃO APLICADA
ARIEL DA SILVA DE ALMEIDA	ESTAGIÁRIA	ESTUDANTE DE DIREITO
FABIANO BARBOSA NASCIMENTO FILHO	ESTAGIÁRIO	ESTUDANTE DE ENGENHARIA DE SOFTWARE

3.3. **ANÁLISE DOS CENÁRIOS**

O planejamento proposto engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Para isso, foram observados os 4 (quatro) fatores que compõem a metodologia SWOT: a identificação das forças, fraquezas (ambiente interno), oportunidades e ameaças (ambiente externo). Essa análise foi realizada em duas etapas: Na primeira delas, os integrantes do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial responderam de forma direta quais as forças e fraquezas que eles observaram no ambiente interno e, quais as potenciais oportunidades e ameaças do ambiente externo. O resultado foi o seguinte:

AMBIENTE INTERNO

FORÇAS	
• Comunicação interna • Engajamento da equipe • Gestão participativa e abertura a novas ideias • Capacidade de articulação da equipe • Proatividade • Capacidade técnica temática da equipe • Experiência da Equipe • Interação com os stakeholders	• Apoio, envolvimento e engajamento do PGJ • Maturidade institucional do CAO em função de existir em todos os Estados • alinhamento das ações e projetos com o PEI • Qualidade dos produtos e serviços • Memória institucional da unidade, organização dos documentos • Interação com outras unidades Ministeriais • Alinhamento das ações e projetos das comissões do CNMP
FRAQUEZAS	
• Visibilidade do trabalho produzido insatisfatória • Necessidade de aprimoramento na definição e distribuição de tarefas na equipe • Estrutura Física e de pessoal necessitando de complementação • Banco de Peças não satisfatório • Monitoramento quantitativo e qualitativo dos produtos e serviços necessitando de ajustes	• Planejamento anual das atividades necessitando de reorganização • Necessidade de melhoria no monitoramento dos PT's dos GT's • Falta de alinhamento claro das ações aos ODS da ONU • Banco de Dados desatualizado • Necessidade de Realização de eventos da área criminal

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Disseminação e incentivo aos acessos dos sistemas eletrônicos CVLI e sistema prisional • Atuação regionalizada • Captação de recursos externos para projetos • Parceria/ACT com instituições públicas, privadas e do 3º setor • Representação em mais de 30 Conselhos, Comissões e GT's externos e assemelhados • Melhoria do MPPA no tema reconhecido pela CSP • Diálogo com os órgãos externos ao MP • Relevância e interesse político no tema	• Baixa fiscalização de Recursos do FUNPEN • Extensão territorial do Estado • Limitação do sinal de internet • Crescimento de facções criminosas • Vulnerabilidades nos sistemas de coleta de dados • Leis e/ou jurisprudência sobre tema • Uniformização na política de dados abertos

Após a identificação das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, os participantes foram provocados a dar notas para os impactos causados pelos encontros das sentenças com base nos seguintes critérios:

NÍVEIS DE IMPACTO DAS VARIÁVEIS		Pensando: Como vou
Forte impacto	5	Qual o impacto do ponto fraco para <i>agravar/potencializar</i> uma ameaça ?
Médio impacto	3	Qual o impacto do ponto forte para <i>neutralizar/minimizar</i> uma ameaça ?
Fraco impacto	1	Qual o impacto do ponto fraco no <i>aproveitamento</i> de uma oportunidade ?
Nenhum impacto	0	Qual o impacto do ponto forte para <i>potencializar</i> uma oportunidade ?

Os resultados obtidos foram:

		AMBIENTE INTERNO	
		FRAQUEZAS	FORÇAS
AMBIENTE EXTERNO	AMEAÇAS	1) SOBREVIVÊNCIA 156	2) MANUTENÇÃO 290
	OPORTUNIDADES	3) CRESCIMENTO 134	4) DESENVOLVIMENTO 626

De acordo com a metodologia de diagnóstico utilizada, o resultado apresentado mostra que o CAO CRIM, apesar das fraquezas e ameaças, não apresenta grandes restrições para a condução bem sucedida de seu plano setorial uma vez que o quadrante 4 apresentou maior pontuação o que, segundo a SWOT cruzada, é o quadrante de desenvolvimento, segundo a descrição abaixo:

I. Sobrevivência: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as ameaças. Nesse caso, a organização deve estabelecer um plano defensivo para evitar que as ameaças externas sejam potencializadas pelos pontos fracos.

II. Manutenção: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as ameaças. Nesse caso, a organização deve aproveitar os pontos fortes para identificar modos de diminuir as vulnerabilidades.

III. Crescimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve procurar neutralizar os pontos fracos de modo a melhor aproveitar as oportunidades.

IV. Desenvolvimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve melhor gerir suas forças para potencializar as oportunidades e desenvolver suas vantagens competitivas.

4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

A Procuradoria-Geral de Justiça, após ouvir membros, servidores e a sociedade, priorizou 4 (quatro) eixos de atuação para sua gestão no biênio 2021 – 2022: Atuação funcional e qualidade da carreira, Estrutura física e operacional, Gestão Estratégica e Segurança Institucional. Esses eixos desdobram-se em 42 desafios, sendo que destes, a equipe técnica do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial identificou 07 (sete), como sendo ligados as suas atividades e, por conseguinte, serão considerados nas ações, iniciativas e projetos deste plano. São eles:

I. Promover a interlocução e a integração permanentes entre os Órgãos da Administração Superior do MPPA, especialmente entre estes e as Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Coordenadorias de Promotorias de Justiça da capital e regiões administrativas do MPPA **(14)**;

II. Fortalecer o diálogo interno institucional, valorizando a participação e a democracia dos membros do MPPA nos espaços de discussões, avaliações e sugestões e promovendo visitas periódicas dos órgãos da administração, inclusive a PGJ, às Promotorias de Justiça do interior e da capital do estado, para verificação “in loco” das situações relatadas **(15)**;

III. Promover a reestruturação do modelo atual das Promotorias de Justiça Criminais e Cíveis da capital, após discussão com os membros lotados nesses órgãos da Administração, objetivando otimizar os serviços executados e os resultados prestados à coletividade (16);

IV. Otimizar a criação de Grupos de Trabalho, ouvidos os membros com atuação na área objeto do trabalho a ser executado, estendendo a prática ao interior do estado, objetivando ampliar as discussões e a implementação das diretrizes institucionais e dos objetivos do MPPA (17);

V. Promover estudos e ações para o desenvolvimento de projetos e softwares próprios, na área de TI Tecnologia de Informação, voltados a satisfazer as necessidades específicas de atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, inclusive no intuito de unificar ou reduzir o número de sistemas de tratamento dos dados (SIAMP e outros) existentes no Ministério Público do Pará, utilizando a mão de obra qualificada disponível no próprio departamento (35);

VI. Fortalecer a gestão de custos, analisando, definindo, monitorando e criando indicadores relacionados à matéria, possibilitando à Administração Superior, melhor otimização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis ao MPPA (36);

VII. Priorizar as medidas adotadas na área de segurança institucional referentes aos membros do MPPA, quanto à avaliação dos riscos enfrentados pelos mesmos, objetivando monitorar e acompanhar a evolução das situações de ameaças e conseqüentemente, na adoção dos devidos ajustes das medidas de proteção a serem utilizadas pela Instituição (46).

5 AÇÕES DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

As ações (os projetos e as iniciativas) do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial foram definidas de acordo com os resultados da matriz SWOT e das análises do perfil da unidade, desafios da PGJ constantes no Plano de Gestão Estratégica para o biênio 2021-2022, estratégias e ações dos objetivos do PEI/MPPA 2021-2029, indicadores do Radar Estratégico do CNMP, objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, relacionados às atribuições da Área Criminal e planos das Comissões do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública.

Após a definição das ações, a equipe foi incentivada a dizer como pretendia atuar para o alcance dos resultados, compatibilizando essa atuação, com as necessidades internas do setor, propondo uma lista destas ações sem deixar de destacar qual seu relacionamento com a premissa que lhe deu origem. A partir deste portfólio de ações, o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial e os órgãos de execução que têm a mesma matéria de atuação,

poderão definir seus projetos e iniciativas, estabelecendo responsáveis e o período de execução destas, dentre outros elementos.

A relação de ações resultante do processo acima citado está descrita na tabela abaixo:

AÇÕES DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL		
O quê?	Fonte	Como?
<i>Fortalecimento da atuação ministerial na fiscalização dos órgãos públicos, com inclusão da elaboração de fluxo de fiscalização nos Órgãos Públicos</i>	Ação estratégica PEI	Aperfeiçoamento qualitativo dos mecanismos de fiscalização do Ministério Público e promover a uniformização da sua atuação.
<i>Articulação interna e externa ao MP para implementação dos conselhos de segurança pública e defesa social nos respectivos entes públicos (Lei nº 13.675/2018)</i>	Radar Estratégico	Articulação de forma transversal para o cumprimento da lei e para ao alcance dos objetivos estratégicos do Conselho, atuando para sanar as necessidades internas do setor de segurança pública e defesa social.
<i>Aprimoramento da fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários da segurança pública e do sistema prisional</i>	Radar Estratégico	Desenvolvimento de iniciativas para aprimorar a fiscalização da aplicação dos recursos destinados a área de segurança pública
<i>Elaboração e implementação de plano de trabalho estadual e regional para o combate ao crime organizado, incluindo ações de milícia e os grupos de extermínios</i>	Ação estratégica PEI	Realização de diagnóstico e elaboração um plano de trabalho transversal, com a participação de todos os entes que atuam na segurança pública, de modo a contribuir, a médio prazo, com a materialização da estratégia institucional de enfrentamento ao crime organizado, milícias e grupos de extermínio.
<i>Criação de núcleos de inteligência prisional</i>	Ação estratégica PEI	Fomento à criação de núcleos de inteligência visando a atuação em ações de coalização e saneamento de crises e vulnerabilidades que acometem o sistema prisional.
<i>Fomento ao uso de sistemas de segurança e protocolos de atuação para a prevenção e enfrentamento de situações de crises nas unidades prisionais</i>	Ação estratégica PEI	Promoção de iniciativas de divulgação de protocolos e capacitação em sistemas de segurança para o enfrentamento de crises.
<i>Formação de forças-tarefas especializadas no combate a organizações criminosas</i>	Ação estratégica PEI	Criação e especialização de forças tarefas conhecedoras de mecanismos de coleta e cruzamento de dados e informações.
<i>Integração das atividades de inteligência no combate ao crime organizado</i>	Ação estratégica PEI	Sistematização em banco de dados às iniciativas, projetos ou processos executados, buscando criar uma rede de atuação.
<i>Atuação em rede de inteligência integrada entre MPs e/ou entre MPs e órgãos de segurança pública e sistema prisional</i>	Radar Estratégico	Sistematização em banco de dados às iniciativas, projetos ou processos executados, buscando criar uma rede de atuação.
<i>Criação ou fortalecimento das estruturas de TI no combate ao crime organizado</i>	Radar Estratégico	Promoção de ações de aprimoramento da gestão da tecnologia da informação, a fim de fomentar o uso adequado dos recursos tecnológicos como instrumentos de suporte no combate ao crime organizado.
<i>Criação ou fortalecimento de estrutura de execução especializada no combate ao crime organizado</i>	Radar Estratégico	Desenvolvimento de iniciativas para compatibilizar a proposta de atuação com as necessidades internas do setor.

AÇÕES DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL		
O quê?	Fonte	Como?
<i>Elaboração de diagnóstico integrado local, regional ou nacional por equipe técnica especializada sobre o crime organizado</i>	Radar Estratégico	Aprimoramento das ferramentas de diagnóstico e acesso a informações sobre o crime organizado de forma local, regional e nacional.
<i>Realização de eventos para fortalecimento das experiências exitosas e modelos já adotados pelo MPPA e por outros MPs quanto à atuação integrada, articulada e regionalizada</i>	Ação estratégica PEI	Realização de intercâmbio de boas práticas na área, estudos a respeito de temáticas relacionadas ao combate ao crime organizado.
<i>Promoção de Encontros Regionais</i>	Ação estratégica PEI	Promoção e/ou participação de encontros visando a troca de experiências exitosas relacionadas à temática.
<i>Criação de unidade de acompanhamento das ações judiciais perante os diversos graus de jurisdição, em atendimento à Recomendação nº 57/2017-CNMP</i>	Ação estratégica PEI	Criação e aperfeiçoamento de estruturas materiais e humanas necessárias à atuação resolutiva do Ministério Público, como instituição garantidora dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais da sociedade.
<i>Elaboração e implementação de programa de capacitação de membros e servidores para investigação e persecução de organizações criminosas e crimes correlatos</i>	Radar Estratégico	Fomento de ações no aprimoramento da atuação dos membros da área de segurança pública, sistema penitenciário e controle externo da atividade policial.
<i>Elaboração de estudos para avanço da atuação regionalizada do MPPA</i>	Ação estratégica PEI	Realização de estudos visando possibilitar a atuação regionalizada na área de segurança pública.
<i>Criação de banco de dados sistematizados que forneçam relatórios gerenciais sobre a atividade ministerial por área de atuação</i>	Ação estratégica PEI	Criação de repositório de dados do sistema prisional, controle externo da atividade policial e segurança pública.
<i>Criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei</i>	Ação estratégica PEI	Fomento do método da autocomposição como a estratégia da conciliação de conflitos.
<i>Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada</i>	Ação estratégica PEI	Criação de mecanismos para que as ações na área de segurança pública sejam desenvolvidas de forma integrada com todos os órgãos envolvidos, considerando suas respectivas realidades.
<i>Instituição de critérios para o acompanhamento na melhoria da qualidade e da celeridade na conclusão de perícias técnicas criminais</i>	Ação estratégica PEI	Estabelecimento de diretrizes e métodos para acompanhar a qualidade e celeridade das perícias técnicas.
<i>Definição de mecanismos de melhoria da fiscalização no controle e na destinação dos bens apreendidos nas unidades de polícia</i>	Ação estratégica PEI	Desenvolvimento de iniciativas para aprimorar o controle e a fiscalização da destinação dos bens apreendidos nas unidades de polícia.
<i>Fomento a implementação de políticas públicas de saúde, educação e profissionalização no cárcere que garantam a humanização das penas e a reinserção social das pessoas privadas de liberdade</i>	Ação estratégica PEI	Estímulo à atuação dos membros da área da segurança pública, na fiscalização da implementação dessas políticas nas suas jurisdições de atuação
<i>Fomento a criação de Associações de Proteção e Assistência Carcerárias (APAC's)</i>	Ação estratégica PEI	Estímulo à atuação dos membros da área da segurança pública, na promoção de iniciativas de fomento a criação de APAC's

AÇÕES DO CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL		
O quê?	Fonte	Como?
<i>Estabelecimento de diretrizes institucionais em matéria de execução penal</i>	Ação estratégica PEI	Estabelecimento de diretrizes e métodos para armazenar, aplicar, distribuir e gerar conhecimento organizacional em matéria de execução penal.
<i>Fiscalização e fomento ao aperfeiçoamento das formas de controle das penas aplicadas em regime semiaberto e aberto e das formas de controle das medidas cautelares diversas da prisão</i>	Ação estratégica PEI	Estabelecimento de parcerias para fiscalização dos réus condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto e semiaberto.
<i>Fomento a criação de Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social, composto por MP, Polícias, Executivo, Legislativo, Judiciário e representante da comunidade civil, com reuniões periódicas para discussão e busca de soluções integradas e articuladas dos problemas diversos relacionados ao aprimoramento da Segurança Pública</i>	Ação estratégica PEI	Fomento à criação de órgão colegiado, transversal, consultivo e de assessoramento nas questões relativas à segurança pública.
<i>Realização de estudo para a definição de procedimentos que garantam a defesa dos direitos humanos nos casos de tortura com observância das regras estabelecidas na legislação e pelo Protocolo de Istambul</i>	Ação estratégica PEI	Fomento a iniciativas de prevenção e combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa, troca de informações e intercâmbio de boas práticas.
<i>Desenvolvimento de estratégias que assegurem ao MPPA possibilitar a melhoria do controle da atividade policial, especialmente quanto a conclusão dos inquéritos policiais e a melhoria no índice de elucidação de crimes, em especial os crimes contra a vida</i>	Ação estratégica PEI	Desenvolvimento de iniciativas para promover os aperfeiçoamentos institucionais necessários ao efetivo respeito aos direitos fundamentais na atividade policial, tanto na perspectiva de controle de excessos, quanto de insuficiência de atuação.
<i>Adoção de mecanismos de atuação interinstitucional quanto ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica</i>	Ação estratégica PEI	Atuação, de forma articulada entre as instituições, serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas, que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres e responsabilização dos agressores.
<i>Desenvolvimento de software para busca de dados de pessoas físicas e jurídicas e análises de vínculos para fortalecer e agilizar a atuação dos órgãos de execução do MP na persecução penal e na atividade de investigação extrajudicial</i>	Ação estratégica PEI	Proposição da criação de sistema para suporte aos processos de investigação.
<i>Fomento à criação de ambiente colaborativo de dados na área de segurança pública</i>	Radar Estratégico	Fomento a iniciativas de assinatura de termos de cooperação junto aos entes que atuam na segurança pública, para o compartilhamento de acesso a dados e informações dos sistemas existentes.
<i>Padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores</i>	Radar Estratégico	Fomento a práticas de autocomposição na área de segurança pública.

6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS (AÇÕES)

Após a fase de diagnóstico através da matriz SWOT e da definição de como serão executadas as ações com a aplicação de parte da matriz 5W2H, inicia-se a fase da elaboração dos projetos propriamente dita, com o uso dos demais recursos desta última matriz, consolidando-os num rol de projetos. O formulário com os projetos prioritários do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial, levantados junto aos membros que atuam na área criminal e que serão realizados no período de vigência do plano, será alimentado no sistema com as informações constantes no modelo de formulário Rol de Projetos presente no anexo deste plano.

Por implicar no desdobramento das ações no nível de entregas, há necessidade de preenchimento do formulário de detalhamento do projeto, devendo conter os elementos descritos na ficha de projetos. Caso a ação não seja trabalhada a nível de projeto, sendo suficiente a tomada de iniciativas para o seu atendimento, o formulário da ficha de iniciativas é o que deve ser adotado. Ambos os formulários (Ficha de Projeto e Ficha de Iniciativa) estão também no anexo deste plano.

No quadro a seguir, são identificados o Rol de Projetos e iniciativas apontadas pelo CAOCRIM:

Rol de Projetos CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial					
Projeto/ Iniciativa	Nome (Qual o nome do projeto/ iniciativa?)	Ação Estratégica (Este projeto/ iniciativa esta relacionado a qual ação estratégica?)	Responsável: (Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)	Eixo (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto/ iniciativa?)	Status (Qual o status do projeto/ iniciativa?)
Projeto	Vítimas	Criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei;	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Projeto	Mutirão ANPP	Criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei;	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Projeto	Novo Plano de Ações Integradas GTEPSP	Estabelecimento de diretrizes e métodos para armazenar, aplicar, distribuir e gerar conhecimento organizacional em matéria de execução penal.	CAOCRIM/ GTEPSP	Criminal	Iniciado
Projeto	Banco de Peças Jurídicas	Elaboração de estudos para avanço da atuação regionalizada do MPPA	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Iniciativa	Cartilha do ANPP	Padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores	CAOCRIM	Criminal	Concluído
Iniciativa	Orientações do Programa de	Elaboração de estudos para avanço da atuação	CAOCRIM	Criminal	Iniciado

	Localização e Identificação de Desaparecidos	regionalizada do MPPA			
Iniciativa	Fiscalização finalística da aplicação de recursos de convênios.	Aprimoramento da fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários da segurança pública e do sistema prisional	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Iniciativa	Indicadores de criminalidade do Estado do Pará e municípios	Fomento à criação de ambiente colaborativo de dados na área de segurança pública	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Iniciativa	Pesquisas de dados de pessoas físicas e jurídicas e análise de vínculos para instrução de processos e procedimentos.	Fomento à criação de ambiente colaborativo de dados na área de segurança pública	CAOCRIM	Criminal	Iniciado
Iniciativa	Webinário: Entrada em Domicílio e as recentes decisões dos Tribunais Superiores	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada	CAOCRIM	Criminal	Concluído
Iniciativa	Webinário: Crimes contra o Estado Democrático de Direito.	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada	CAOCRIM	Criminal	Concluído
Iniciativa	Curso de Investigação de Crimes Cibernéticos	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada	CAOCRIM	Criminal	Concluído

7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS

Os projetos (ações com caráter temporário) e iniciativas (ações com caráter permanente) correspondem ao desdobramento das estratégias indicadas por Procuradores e Promotores de Justiça no Plano Estratégico Institucional PEI- 2021-2029. Nesse sentido, o CAOIJ vem desenvolvendo projetos e iniciativas apresentados em Fichas específicas, constantes em anexo, correspondendo as respostas aos quesitos que compõem a Matriz 5W2H.

8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O objetivo da definição de ações de capacitação, é a formação de um banco de cursos, focados na temática criminal, para aprimorar os membros e servidores nas competências necessárias para atender às necessidades da área, de modo a garantir o alcance dos resultados e metas estabelecidas no plano setorial do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial e, consequentemente, para atender efetivamente às demandas da sociedade.

O CAO de Políticas Criminais selecionou alguns temas apresentados abaixo, que oportunamente serão transformados em propostas de projetos de capacitação em modelo específico, constante no anexo deste Plano:

Atualização sobre as decisões mais recentes dos Tribunais Superiores, na matéria criminal;

Investigação de crimes cibernéticos;

Técnicas modernas no Tribunal do Júri;

Fiscalização dos recursos oriundos do Fundo Penitenciário;

Atualizações em Direito Penal e Direito Processual Penal.

9 PLANO DE COMUNICAÇÃO

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. O plano setorial do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial tem por objetivo informar, de forma efetiva, os resultados dos projetos e iniciativas.

Para tanto, deve ser estabelecido de forma sistemática, como ocorrerá essa comunicação. O SIGI tem um módulo para o registro das informações afetas a esta área, de forma a guiar os interessados no seu preenchimento e alcance da meta de informar todos os interessados. Entre os anexos deste plano, há um modelo do Plano de Comunicação.

Plano de Comunicação CAO DE POLÍTICAS CRIMINAIS

O que Comunicar?	Público	Canais	Frequência	Responsáveis
Webinário	Membros e Servidores	Redes sociais, canais do MPP	Permanente	CAOCRIM, CEAF e ASCOM
Cartilha	Membros e Servidores	Redes sociais, canais do MPP	Permanente	CAOCRIM, CEAF e ASCOM
Roteiros de atuação	Membros e Servidores	Redes sociais, canais do MPP	Permanente	CAOCRIM, CEAF e ASCOM
Projeto Vítimas	Vítimas de crimes, rede de pr	Redes sociais, canais do MPP	Permanente	CAOCRIM, CEAF e ASCOM
Projeto Mutirão do ANPP	Promotorias de Justiça inscrite	Redes sociais, canais do MPP	Permanente	CAOCRIM, CEAF e ASCOM
Banco de Peças	Promotorias de Justiça Crimin	Subsite CAOCRIM e SIMP ACE	Permanente	CAOCRIM

10 LIÇÕES APRENDIDAS

Uma vertente nova, apresentada na área do planejamento estratégico, é a gestão de lições aprendidas, posto que é comum que, ao desdobrar o planejamento em projetos e ações, naturalmente ocorrem erros e acertos. Assim, não ignorar a gestão de lições aprendidas é tão importante para o sucesso não só do planejamento como um todo, mas para o sucesso das próprias organizações.

Ao adotar a gestão de lições aprendidas verifica-se a melhoria na tomada de decisões, a minimização de riscos, a otimização de recursos e a melhoria contínua nos projetos.

Uma das inovações do Plano setorial Criminal gerido pelo CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial é justamente o preenchimento no SIGI do “relatório de lições aprendidas” a cada rodada de avaliação do andamento dos projetos e iniciativas, conforme modelo presente no anexo deste plano.

11 CONCLUSÃO

Este documento consiste em iniciativa pioneira do MPPA em promover o alinhamento das ações propostas por membros e servidores ao Plano Estratégico Institucional, em especial, ao Orçamento anual da Instituição, no nível tático, contribuindo efetivamente para o alcance da missão, visão e dos objetivos definidos no Mapa Estratégico 2021-2029 do MPPA, orientados pelos valores institucionais.

A disposição das informações neste documento, mostra que os projetos priorizados foram gerados a partir de um trabalho altamente técnico e alinhado ao Plano Nacional proposto pelo CNMP.

Por fim, cabe mencionar que o plano só terá efetividade se houver o engajamento dos membros que atuam na área Criminal quando da construção de seus Planos no âmbito operacional.

REFERÊNCIAS

PARÁ. Ministério Público. **Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará**: Lei complementar nº 057, de 06 de julho de 2006: atualizada até a Lei Complementar nº 127 de 13/01/2020. Organizador: Rodier Barata Ataíde, Organizador: Erick Luiz de Nunes Valente. 2a. ed. Belém: MPPA; CEAF, 2021. 161 p. (Coleção Cidadania).

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 82/2018- MP/PGJ. Cria o Comitê de Governança Estratégica do Ministério Público do Estado do Pará-CGE. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.33540, p.63. 18 jan. 2018.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 004/2021–CPJ, de 5 de agosto de 2021. Reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências. Republicado por incorreção. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34688, p.103-106. 02 set. 2021.

ANEXOS

A. Projetos e iniciativas em execução.

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Projeto Vítimas	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
--	-----------------	--------------------------------------	--

Ação (ões) (Qual ação este projeto está relacionada?)	Ação 19 - Criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei; Ação 30 - Adoção de mecanismos de atuação interinstitucional quanto ao empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador este projeto visa contribuir?)	1.6.1 - Criação e aprimoramento de núcleos interdisciplinares de justiça restaurativa no MP.				
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	O projeto tem por objetivo estabelecer um fluxo de acolhida e acompanhamento das vítimas de crimes na cidade de Medicilândia, no ano de 2021/2022.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto?)	Todos	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	1/11/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2024

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Imperícia na execução de projetos por se tratar de projeto piloto	Pesquisar em outros MP's experiências exitosas em projetos similares	Dar maior efetividade a execução do projeto
Falta de adesão e/ou engajamento dos parceiros	Fazer agenda de reuniões com as partes interessadas para adesão ao projeto	Dar maior efetividade a execução do projeto
Falta de adesão e/ou engajamento do público-alvo	Disseminar as ações do projeto nos centros comunitários associações de bairro, CRAS e CREAS.	Dar maior efetividade a execução do projeto

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Reuniões realizadas	4				
Número de parcerias incluídos na rede de apoio às vítimas de crimes	4				

Número de encaminhamentos e atendimentos realizados com as vítimas e seus familiares.					

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Estabelecimento de uma rede de apoio às vítimas de crimes. Estabelecimento de um fluxo da rede de apoio às vítimas.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	PJ Paloma Sakalem
--	---	--	-------------------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento de informações (quantidade de crimes ocorridos nos anos de 2019 – 2021)	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/8/2021	1/9/2021	Concluída
2	Sensibilização dos parceiros e levantamento de equipes de trabalho.	PJ José Maria Gomes dos Santos e Paloma Sakalem.		1/8/2021	30/6/2022	Iniciada
3	Mobilização de equipes.	PJ José Maria Gomes dos Santos e Paloma Sakalem.		1/8/2021	30/6/2022	Iniciada
4	Definição das equipes interdisciplinares que efetuarão os atendimentos.	PJ Paloma Sakalem.		1/10/2021	30/6/2022	Iniciada
5	Elaboração do plano de trabalho.	PJ José Maria Gomes dos Santos e Paloma Sakalem.		1/10/2021	31/1/2022	Iniciada
6	Reuniões técnicas com as instituições para definição das atribuições de cada ente e definição da metodologia, fluxos de atendimentos e definição de instrumentos de monitoramento.	PJ Paloma Sakalem.		1/12/2021	30/6/2022	Iniciada
7	Atendimentos e encaminhamentos conforme o fluxo definido.	PJ Paloma Sakalem.		1/1/2022	31/12/2022	Não iniciada
8	Reuniões periódicas (quinzenais) de acompanhamento.	PJ Paloma Sakalem.		1/1/2022	31/12/2022	Não iniciada
		Total Orçamentário	R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		10%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
2		Aceitar	Dados de criminalidade em Mocajuba.

		Aceitar	Contatos com os parceiros do projeto.
		Aceitar	Reuniões realizadas.

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Projeto Mutirão do ANPP	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
---	-------------------------	-------------------------------	--

Ação (ões) (Qual ação este projeto está relacionada?)	Promover a reestruturação do modelo atual das Promotorias de Justiça Criminais e Cíveis da capital, após discussão com os membros lotados nesses órgãos da Administração, objetivando otimizar os serviços executados e os resultados prestados à coletividade.				
Radar Estratégico/PEI (Qual inidicador este projeto visa contribuir?)	Criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei.				
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Levar ao Promotor de Justiça solicitante uma estrutura mínima que garanta, no período de um a dois dias, a realização de um mutirão para atender uma quantidade satisfatória de acordos de não persecução penal.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto?)	Criminal Comum	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	1/11/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2024

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Imperícia na execução de projetos por se tratar de projeto piloto	Pesquisar em outros MP's experiências exitosas em projetos similares.	Dar maior efetividade a execução do projeto
Falta de adesão e/ou engajamento dos parceiros	Estabelecer um cronograma com as partes interessadas para adesão ao projeto.	Dar maior efetividade a execução do projeto
Falta de adesão e/ou engajamento do público-alvo	Atuar em conjunto com os órgãos parceiros para o atendimento do maior número de ANPP possíveis.	Dar maior efetividade a execução do projeto

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Reuniões realizadas	3				

Número de Promotorias de Justiça incluídas no cronograma de atendimento de mutirão.					
Número de Promotorias de Justiça atendidas pelo projeto de mutirão.					

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Realizar mutirões de ANPP estabelecidas em cronograma.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAO de Políticas Criminais
--	--	--	----------------------------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento de informações.	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/8/2021	1/9/2021	Concluída
2	Cronograma do projeto (flexível de acordo com a conciliação de agendas).	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/8/2021	31/12/2024	Iniciada
3	Mobilização de equipes.	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/8/2021	30/09/2023	Iniciada
4	Definição das equipes interdisciplinares que estarão presentes em cada mutirão.	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/10/2021	30/09/2023	Iniciada
6	Reuniões técnicas com os órgãos parceiros para definição das tarefas e definição dos fluxos de efetivação dos ANPP.	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/12/2021	30/6/2022	Iniciada
7	Realização de Mutirão do ANPP.	PJ José Maria Gomes dos Santos		1/1/2022	31/12/2024	Não iniciada
		Total Orçamentário	R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		10%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
2		Aceitar	Informações preliminares para elaboração do projeto.
		Aceitar	Contatos com os parceiros do projeto.
		Aceitar	Reuniões realizadas.

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Novo Plano de Ações Integradas do GTEPSP.	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
--	---	--------------------------------------	--

Ação (ões) (Qual ação este projeto está relacionada?)	Custódia segura e humanitária de pessoas privadas de liberdade, com foco na reinserção social. Atuação integrada e regionalizada de membros e servidores.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador este projeto visa contribuir?)	Estabelecimento de diretrizes e métodos para armazenar, aplicar, distribuir e gerar conhecimento organizacional em matéria de execução penal.				
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Contribuir para a custódia segura e humanitária de pessoas privadas de liberdade, objetivando assegurar o cumprimento da lei penal e a efetiva proteção aos direitos humanos, a reinserção social e a tutela coletiva da segurança pública.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto?)	Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas.	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	15/04/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2024

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Falta de adesão e/ou engajamento dos parceiros	Estabelecer objetivos, ações e metas, com realização integrada entre o CAO de Políticas Criminais, GTEPSP, membro articulador e membro local com atribuição na matéria.	Dar maior efetividade a execução do projeto
Falta de adesão e/ou engajamento do público-alvo	Atuar de forma integrada com as Promotorias de Justiça locais com atribuição na matéria.	Dar maior efetividade a execução do projeto

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Reuniões realizadas	4				
Metas alcançadas					

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Fomento à Custódia segura e humanitária de pessoas privadas de liberdade, com foco na reinserção social.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAO de Políticas Criminais
--	--	--	----------------------------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Retirar o PA anterior da pauta do CPJ para iniciar estudo sobre a reformulação dos objetivos do Plano.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	31/12/2021	Concluída
2	Elaboração de manifestação ao Colégio de Procuradores de Justiça favorável à reformulação.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	31/12/2021	Concluída
3	Elaboração da nova proposta.	GTEPSP		15/04/2021	31/12/2021	Concluída
4	Indicação dos Promotores de Justiça articuladores de cada objetivo do Plano.	GTEPSP		15/04/2021	28/02/2022	Iniciada
6	Remessa à Procuradoria-Geral de Justiça e, posteriormente, apreciação e aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	28/02/2022	Não iniciada
7	Cumprimento das metas.	GTEPSP		01/01/2022	31/12/2025	Não iniciada
		Total Orçamentário	R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		10%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
2		Aceitar	Informações preliminares para elaboração do projeto.
		Aceitar	Contatos com os parceiros do projeto.
		Aceitar	Reuniões realizadas.

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Projeto Banco de Peças Jurídicas.	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
--	-----------------------------------	--------------------------------------	--

Ação (ões) (Qual ação este projeto está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador este projeto visa contribuir?)	Elaboração de estudos para avanço da atuação regionalizada do MPPA.
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Orientar, de maneira prática, nos procedimentos que devem ser adotados pelas Promotorias de Justiça Criminais.

Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto?)	Criminal Comum	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	15/04/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2024
---	----------------	--	------------	--	------------

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Baixo quantitativo de peças jurídicas em arquivo do CAOCRIM.	Coleta de modelos ou elaboração de peças jurídicas necessárias para suporte prático na atuação ministerial.	Dar maior efetividade a execução do projeto

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Identificação de matéria específica, na área criminal.	10				
Rol de modelos disponibilizados aos membros do MPPA, por área específica anteriormente identificada.	2				

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Banco de Peças Jurídicas na área criminal.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos
--	--	--	-----------------------------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Estudo sobre os modelos existentes nos arquivos do CAO de Políticas Criminais.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	30/12/2021	Concluída
2	Elaboração de modelos atualizados por área específica, na seara criminal.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	31/12/2024	Iniciada
3	Disponibilização de modelos, aos membros, por área específica, na seara criminal.	PJ José Maria Gomes dos Santos		15/04/2021	31/12/2024	Iniciada
Total Orçamentário			R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		10%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
2		Aceitar	Informações preliminares para elaboração do projeto.
		Aceitar	Modelos elaborados por área específica.
		Aceitar	Modelos disponibilizados por área específica.

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)	Cartilha do ANPP	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes		
Ação (ões) (Qual ação esta iniciativa está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)	Padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores.				
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Orientar, de maneira prática, nos procedimentos que devem ser adotados pelas Promotorias de Justiça Criminais na promoção do ANPP.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)	Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/10/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	31/12/2024
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)	Cartilha do ANPP	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos		
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações para elaboração da iniciativa.	José Maria Gomes dos Santos	1/10/2021	30/11/2021	Concluída
2	Apresentação da Cartilha do ANPP.	José Maria Gomes dos Santos	1/10/2021	30/11/2021	Concluída
3	Divulgação nas redes oficiais oficiais e entrega de cartilhas impressas em eventos diversos.	José Maria Gomes dos Santos	1/11/2021	30/11/2024	Iniciada
				Conclusão da iniciativa:	80%
Relatórios de execução das tarefas					
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer		
		Aceitar			

		Aceitar	
		Em análise	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI

Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)		Orientações do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos		ODS: (Qual ODS impactado?)		16. Paz, justiça e instituições eficazes	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)		Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.					
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)		Elaboração de estudos para avanço da atuação regionalizada do MPPA.					
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)		Orientar, de maneira prática, nos procedimentos que devem ser adotados pelas Promotorias de Justiça Criminais nos casos de pessoas desaparecidas.					
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)		Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/10/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	31/12/2024	
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)		Cartilha do PLID.		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos		
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)		Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)	
1	Levantamento das informações para elaboração da iniciativa.	José Maria Gomes dos Santos		1/10/2021	28/02/2022	Iniciada	
2	Apresentação da Cartilha do PLID.	José Maria Gomes dos Santos		01/01/2022	30/06/2022	Iniciada	
3	Divulgação nas redes oficiais e entrega de cartilhas impressas em eventos diversos.	José Maria Gomes dos Santos		01/01/2022	31/12/2024	Iniciada	
				Conclusão da iniciativa:		80%	

Relatórios de execução das tarefas

Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Em análise	
		Em análise	
		Em análise	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI

Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)		Fiscalização finalística da aplicação de recursos de convênios.		ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)		Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.				
Radar Estratégico/PEI (Qual inidicador esta iniciativa visa contribuir?)		Aprimoramento da fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários da segurança pública e do sistema prisional.				
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)		Orientar, de maneira prática, nos procedimentos que devem ser adotados pelas Promotorias de Justiça Criminais na fiscalização dos recursos oriundos do FUNPEN.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)		Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/05/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	31/12/2024
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)		Eventos de capacitação.		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)		Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações.	José Maria Gomes dos Santos		01/05/2021	31/05/2021	Concluída
2	Webinários.	José Maria Gomes dos Santos		01/05/2021	31/12/2024	Iniciada
3	Orientações aos membros.	José Maria Gomes dos Santos		01/01/2022	31/12/2024	Iniciada
				Conclusão da iniciativa:		40%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Concluída	
		Em análise	
		Em análise	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI			
Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)	Indicadores de criminalidade do Estado do Pará e municípios.	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.		

Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)		Fomento à criação de ambiente colaborativo de dados na área de segurança pública.			
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)		Divulgar dados sobre criminalidade a partir do sistema "mpsocia".			
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)	Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/05/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	31/12/2024
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)	Dados de criminalidade.		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações.	José Maria Gomes dos Santos	1/05/2021	31/05/2021	Concluída
2	Divulgação de dados de criminalidade.	José Maria Gomes dos Santos	1/05/2021	31/12/2024	Iniciada
Conclusão da iniciativa:					80%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	
		Em análise	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI			
Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)	Pesquisas de dados de pessoas físicas e jurídicas e análise de vínculos para instrução de processos e procedimentos.	ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.		
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)	Fomento à criação de ambiente colaborativo de dados na área de segurança pública.		
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Responder aos pedidos de pesquisa de dados oriundos do SIMP DADOS.		
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)	Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)
		1/05/2021	31/12/2024

Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)		Dados de criminalidade.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações.	José Maria Gomes dos Santos	1/05/2021	31/05/2021	Concluída
2	Elaboração de um novo sistema para redução do tempo de resposta.	José Maria Gomes dos Santos	01/05/2021	31/06/2021	Concluída
3	Respostas aos pedidos de pesquisas de dados oriundos do SIMP DADOS.	José Maria Gomes dos Santos	1/07/2021	31/12/2024	Iniciada
Conclusão da iniciativa:				80%	

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	
		Em análise	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: (Qual o nome da Inicia- tiva?)	Webinário: Entrada em domicílio e as re- centes decisões dos Tribunais Superiores		ODS: (Qual ODS impac- tado?)	16. Paz, justiça e instituições efi- cazes	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta inici- ativa visa contribuir?)	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada.				
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalís- tico desse projeto?)	Atualização diante das recentes decisões dos Tribunais Superiores sobre entrada de policiais em domicílio.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)	Criminal Co- mum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/06/2021	Prazo final: (Quando esta inici- ativa deve termi- nar?)	30/09/2021
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)	Atualização diante das recentes deci- sões dos Tribunais Superiores sobre entrada de policiais em domicílio.		Responsável (Quem responde por esta en- trega?)	José Maria Gomes dos Santos	

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações.	José Maria Gomes dos Santos	1/06/2021	30/09/2021	Concluída
2	Realização de um webinar.	José Maria Gomes dos Santos	15/08/2021	08/09/2021	Concluída
Conclusão da iniciativa:				100%	

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA - SIGI						
Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)		Webinário: Crimes contra o Estado Democrático de Direito.		ODS: (Qual ODS impactado?)	16. Paz, justiça e instituições eficazes	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)		Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)		Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada.				
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)		Atualização diante da entrada em vigor da Lei nº 14.197/2021.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)		Criminal Comum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	1/06/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	30/09/2021
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)		Atualização diante das recentes decisões dos Tribunais Superiores sobre entrada de policiais em domicílio.		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	José Maria Gomes dos Santos	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)		Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das informações.	José Maria Gomes dos Santos		1/10/2021	11/11/2021	Concluída
2	Realização de um webinar.	José Maria Gomes dos Santos		08/11/2021	30/11/2021	Concluída

			Conclusão da iniciativa:	100%
Relatórios de execução das tarefas				
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer	
		Aceitar		
		Aceitar		

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: (Qual o nome da Inicia- tiva?)	Curso de Investigação de Crimes Ciber- néticos.		ODS: (Qual ODS impac- tado?)	16. Paz, justiça e instituições efi- cazes	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)	Fortalecer a atuação ministerial, na seara criminal.				
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta ini- ciativa visa contribuir?)	Fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada.				
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalís- tico desse projeto?)	Capacitação de membros e servidores no combate ao crimes cibernéticos.				
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)	Criminal Co- mum	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	01/08/2021	Prazo final: (Quando esta inici- ativa deve termi- nar?)	30/11/2021
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)	Atualização diante das recentes deci- sões dos Tribunais Superiores sobre entrada de policiais em domicílio.		Responsável (Quem responde por esta en- trega?)	José Maria Gomes dos Santos	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve ini- ciar?)	Prazo final (Quando esta ta- refa deve ser en- tregue?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Levantamento das in- formações.	José Maria Gomes dos San- tos	1/08/2021	10/11/2021	Concluída
2	Realização de um curso prático.	José Maria Gomes dos San- tos	29/11/2021	30/11/2021	Concluída
			Conclusão da iniciativa:		100%

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

B. Modelos utilizados no Plano

Rol de Projetos CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial					
Projeto/ Iniciativa	Nome (Qual o nome do projeto/ iniciativa?)	Ação Estratégica (Este projeto/ iniciativa esta relacionado a qual ação estratégica?)	Responsável: (Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)	Eixo (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto/ iniciativa?)	Status (Qual o status do projeto/ iniciativa?)

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)		ODS: (Qual ODS impactado?)	
--	--	--------------------------------------	--

Ação (ões) (Qual ação este projeto está relacionada?)					
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador este projeto visa contribuir?)					
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)					
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto?)		Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)		Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	
---	--	---	--

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)
		Total Orçamentário	R\$ -	Conclusão físico financeiro do projeto:		

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)				ODS: (Qual ODS impactado?)	
Ação (ões) (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)					
Radar Estratégico/PEI (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)					
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)					
Eixo: (Qual eixo da temática criminal está relacionado a iniciativa?)		Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)		Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	
Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)				Responsável (Quem responde por esta entrega?)	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Status (Como está a tarefa?)

			Conclusão da iniciativa:	
Relatórios de execução das tarefas				
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer	

AÇÕES DE EDUCAÇÃO CAOCRIMINAL			
Eventos Educativos			
Evento 1:			
Descrição do Evento:			
Nº de Turmas:		Nº Participantes (por turma):	
Carga Horária (por turma):		Carga Horária (total):	
Público Alvo:			
Ementa:			
Conteúdo:			
Local:			
Horário:			
Material Utilizado:			
Perfil do Profissional:			

Plano de Comunicação CAOCRIMINAL

O que Comunicar?

Público



Canais



Frequência



Responsáveis

LIÇÕES APRENDIDAS			
Nº	Projeto/ Iniciativa	Lição aprendida	Sugestões para projetos seguintes
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-Pa
CEP:66015-165 - (91) 4006-3400
www.mppa.mp.br